

## **O conceito de Classe e o professor como Proletariado-qualificado em Marx**

José Pereira de Sousa Sobrinho. Doutor em Educação Brasileira/UFC  
[jpsobrinho@yahoo.com.br](mailto:jpsobrinho@yahoo.com.br).

Paula Emanuela Lima de Farias. Mestre em Educação Brasileira/UFC.  
[paulaemfarias@yahoo.com.br](mailto:paulaemfarias@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

Partindo da teoria do valor em Marx formulamos uma análise do conceito de classes no autor, acabando por afirmar o trabalho assalariado como elemento definidor do proletariado moderno. Por sua vez, demonstrando que os conceitos de trabalho produtivo/improdutivo e trabalho imaterial presente nas análises de *O Capital* de Marx autorizam afirmar os trabalhadores intelectuais – incluído os professores – como parte do proletariado moderno. Demonstramos a incoerência conceitual, frente à teoria dos salários em Marx das formulações que afirmam os trabalhadores intelectuais e professores como uma classe distinta – novas classes médias – ou oposta ao proletariado marxiano.

Palavras-chave: Classe, Trabalho, educação.

A polêmica quanto à determinação de classe dos trabalhadores intelectuais – em especial a respeito dos professores – passa por distintas interpretações no interior da teoria marxista, que passa desde a sua associação como membros do proletariado, a exemplo de Bensaid (1999), até definição como uma nova classe média, no caso de Poulantzas (1997). Contudo, ambas as análises são incapazes de formular uma interpretação consistente a respeito de conceito de classe contido na obra marxiana, à medida que agrega de modo insuficiente e equívoca fatores como trabalho imaterial e produtivo ao problema das classes sociais.

Para tanto, o presente artigo se propõe a formular uma reflexão coerente das questões teóricas citadas, agregando-as ao problema dos trabalhadores intelectuais com vistas a fazer avançar a análise de sua localização de classe, e conseqüentemente o problema da teoria das classes em Marx. Para tanto, trataremos o problema do trabalho

produtivo associado à questão trabalho material, demonstrando como os referidos conceitos se inserem na definição de trabalho coletivo abordado em *O capital*, categoria a qual tangencia o conceito de classe em Marx. Para tanto, faz-se necessário uma reflexão coerente a respeito da articulação dessas categorias, interpelando-as quanto ao seu método de exposição, revelando como os distintos níveis de abstração das categorias presentes em *O Capital* corroboram para uma reflexão consistente a respeito da posição de classe dos trabalhadores intelectuais.

### **Proletariado e trabalho assalariado em Marx:**

Em acordo com a teoria marxiana o trabalho assalariado representa a forma específica de exploração na sociedade capitalista, o qual está diretamente associado ao fato dos trabalhadores modernos estarem alienados da propriedade dos meios de produção. Nesse sentido o proletariado se define como “a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX e ENGELS, 2010, p. 40).

Desse modo, as classes em Marx são definidas pela relação de propriedade e pela relação de produção, esses fatores são indissociáveis da condição de classe, uma vez que as relações de produção se definem a partir da condição de propriedade de cada classe, assim as “categorias que constituem a articulação da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais” são “Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária” (MARX, 2011, p. 61).

A constituição do proletariado moderno está associada ao estabelecimento de relações de propriedade e relações sociais de produção especificamente capitalistas, o que corresponde à condição na qual os produtores diretos são continuamente expropriados da posse dos meios necessários à produção. Essa nova relação de propriedade que os trabalhadores estabelecem com os meios de produção e com o produto do seu trabalho acaba determinando sua forma de participação da produção, na qual os produtores diretos passam gradativamente a adentrar no processo produtivo na condição de trabalhadores assalariados, como uma relação social de produção particular que envolve a condição na qual os trabalhadores adentram ao processo produtivo como vendedores da mercadoria força de trabalho em troca do valor estipulado socialmente, o qual na forma preço surge

como salário, desse modo o “que [...] caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que por conseguinte, seu trabalho, assume a forma de trabalho assalariado”. (MARX, 1985, p. 141). A participação do trabalhador na produção como vendedor da força de trabalho – e não coímo vendedor do produto do seu trabalho – caracteriza uma relação social de produção específica, a qual é parte determina a existência do proletariado moderno.

Por sua vez, o trabalho assalariado não define somente a forma pela qual se dá as relações sociais de produção na sociedade capitalista, mas também define a forma como os trabalhadores participam da distribuição da riqueza social. Diferente do processo de produção pré-capitalista no qual os produtores diretos se apropriavam do produto do seu trabalho, na sociedade moderna os trabalhadores se apropriam de uma parcela do resultado do seu trabalho sob a forma valor, os salários são a proporção da riqueza social destinada aos trabalhadores, o que define suas condições materiais de existência.

As classes são resultado da unidade entre relações de produção e distribuição da riqueza, o proletariado é gestado tanto pelas relações sociais de produção da riqueza, quanto pela sua forma de apropriação, esse modo de distribuição da riqueza define que o trabalhador somente pode é capaz de garantir sua reprodução social, vedando a possibilidade de entesouramento por parte da classe. Da mesma forma que a burguesia se define como classe por sua relação de propriedade de capital, e a relação de apropriação privada da uma parcela significativa da riqueza social através da extração do mais-valor, e sua conversão em lucro.

Assim, temos uma contradição na sociedade capitalista que se desdobra das relações de produção que se sintetiza que à medida que a produção assume um caráter social, ou seja, a produção passa a ser cada vez mais coletiva, interligando o conjunto dos trabalhadores do globo – superando as formas de produção isoladas existentes nas sociedades precedente – a apropriação da riqueza assume gradativamente mais um caráter privado, como resultado da forma de apropriação burguesa.

Justamente porque o trabalho assalariado como uma relação social de produção e distribuição demarca não somente a forma pela qual os trabalhadores participam da produção e da distribuição, mas também uma forma particular de exploração, sob a extração de mais-valor como a forma de exploração especificamente capitalista. Essa

forma de exploração é indissociável do trabalho assalariado, o mais-valor resulta da relação de compra e venda da força de trabalho, sendo que resultado da diferença entre o valor de troca da força de trabalho e o valor do produto que surge do uso da força de trabalho. Não se trata de um simples mecanismo de apropriação direta da produção excedente dos produtores diretos – como no caso do trabalho escravo ou servil –, aqui a apropriação privada da riqueza se dá na forma de valor mediada pela determinação do valor da força de trabalho e pela relação trabalho assalariado. A forma de exploração do proletariado moderno está associada a sua existência como trabalhadores assalariados.

Desta forma, o trabalho assalariado demarca as relações sociais de produção, distribuição e exploração nas quais estão inseridos os trabalhadores na sociedade capitalista, portanto, o trabalho assalariado determina o processo de constituição do proletariado moderno.

### **Os trabalhadores Assalariados e o trabalho complexo**

O trabalho assalariado moderno não se remete a toda forma de pagamento em troca de trabalho, mas trata de uma forma particular de relação de compra e venda na qual a capacidade de trabalho dos produtores diretos é convertida na mercadoria força de trabalho, o qual tem seu definido pela teoria do valor, e custaram séculos para se concretizasse as transformações nas relações sociais de produção, em que o trabalhador deixa de vender o produto do seu trabalho, para que o

trabalhador ‘livre’, como resultado do modo de produção capitalista desenvolvido, consentisse voluntariamente, isto é, socialmente coagido, em vender todo o seu tempo ativo de sua vida, até sua capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais (MARX, 1985, p. 215).

O salário é o preço da força de trabalho, é expressão fenomênica do valor, e esse como qualquer mercadoria, pela quantidade de trabalho contida em seu interior. Ou seja, corresponde ao mínimo de trabalho necessário para existência do trabalhador como detentor da força de trabalho em um determinado nível de qualificação, como os bens básicos para a existência social da classe trabalhadora (alimentação, vestimentas, transporte, moradia, assim como, também os bens espirituais (formação para o trabalho ou mesmo acesso a cultura).

A extração de mais-valor está associada ao valor da força de trabalho, para ser mais claro, por sua determinação ser reduzida a quantidade mínima de trabalho necessário

para a existência do trabalhador, o que permite que o valor da mercadoria produzido pelo uso da força de trabalho (valor de uso) seja maior que o valor de troca pago pelo capitalista ao trabalhador. Dessa relação de troca que se dá socialmente como trabalho assalariado e a diferença, que existe em seu interior entre o valor de troca da força de trabalho e o valor da mercadoria produzida por ela, residem à extração do mais-valor e o processo de exploração capitalista.

A qualidade social do trabalho assalariado limita sua determinação do valor ao mínimo necessário à reprodução coletiva da força de trabalho, característica que prevalece entre todos os trabalhadores assalariados. Dessa forma, podemos indicar que existe um limite quantitativo para determinação dos trabalhadores assalariados associado ao limite do entesouramento. Formas de pagamento por atividades que superam o valor do mínimo necessário a reprodução da classe, supera o conteúdo (qualidade) do trabalho assalariado, ou seja, não estão submetidos à medida limite estipulada socialmente para os trabalhadores assalariado modernos. Como também não fazem parte das relações de exploração, seja devido à natureza das atividades que exercem ou mesmo porque suas capacidades de trabalho não foram reduzidas a força de trabalho, ou mesmo por exercerem funções de gerencia do Estado burguês ou associado ao grande capital, o exemplo de executivo de grandes corporações.

Outra questão a respeito do trabalho assalariado é que existem diferentes valores para diferentes qualificações da força de trabalho dos assalariados, mas sobre hipótese alguma essas diferenças significam que entre os assalariados possam existir classes sociais distintas, como o suposto conceito de novas classes médias, utilizado por Poulantzas. Tentar diferenciar as classes pelos valores dos rendimentos é um método estranho ao marxismo, pois acabam igualando as formas de rendimentos entre trabalhadores, classes médias e, burgueses diferenciando-os somente pelo montante dos rendimentos. Quando trabalhadores, capitalistas e proprietários da terra se diferenciam antes de tudo pela origem e a forma de seus rendimentos, o salário representa um pagamento por parte do trabalho (trabalho necessário), enquanto o lucro e renda resultam de formas de apropriação do trabalho excedente. Desse modo, as classes antes de existirem por rendimentos qualitativamente distintos, existem por ocuparem “uma posição social na produção” (Marx e Engels, 2010, p. 52).

Existe, no entanto, na teoria dos salários em Marx diferenças entre os assalariados, essas diferenças resultam do nível de qualificação dos trabalhadores, uma vez que o valor mínimo necessário para manter um trabalhador qualificado (detentor de trabalho complexo) é maior do que o valor para manter um trabalhador com sem qualificação (detentor do trabalho simples). Essas diferenças de rendimentos não representam nem diferenças de classes, nem que os trabalhadores com menor salários são o setor mais-explorado da classe proletária. Isso porque o

grau de exploração do trabalho e, portanto, a taxa de mais-valia e a duração da jornada de trabalho, em todas as esferas da produção em que se divide o trabalho social num país dado, têm a mesma grandeza, o mesmo nível. Quanto às muitas diferenças na exploração do trabalho em diversas esferas da produção Adam Smith já demonstrou detalhadamente que elas se compensam por vários motivos reais ou aceitos pelo preconceito, e, por isso, como diferenças apenas aparentes e efêmeras, não entram em conta na investigação gerais. Outras diferenças, por exemplo no nível de salário, baseiam-se em grande parte na diferença entre trabalho simples e complexo [...] e, ainda que tornem bem desigual a sorte dos trabalhadores nas diversas esferas da produção, não atingem de modo algum o grau de exploração do trabalho nessas diversas esferas. Se, por exemplo, o trabalho de um ouvires se paga mais caro que o de um jornaleiro, então o mais-trabalho do ouvires produz, na mesma proporção, mais-valia maior que o jornaleiro” (MARX. O Capital III/I. p. 111)

A teoria do mais-valor não é uma teoria dos diferentes níveis de exploração, que permita entender o trabalho assalariado como possuindo diferentes graus de exploração a partir do valor dos salários, os diferentes preços das forças de trabalhos não podem ser confundidos com distintos níveis de exploração dos trabalhadores assalariados. Isso porque a exploração não é estipulada pelo valor dos salários, essa se define na teoria de Marx pela proporção de trabalho excedente apropriado pela burguesia em relação ao trabalho total. Essa proporção tende para uma média, a taxa média de mais-valor que é igual para todas as esferas da produção. Submetidos à mesma taxa de mais-valor, os trabalhadores, estão submetidos aos mesmos patamares de exploração, inclusive entre os trabalhadores com salários maiores.

Desse modo, o grau de exploração é uma condição comum no interior do proletariado, o mesmo não varia com o salário, ou com a natureza da atividade produtiva. A homogeneização imposta nas relações de exploração criadas pelo capital não permite afirmar a existência de setores mais explorados da classe, ou mesmo que esses seriam os produtores de uma proporção majoritária do mais-valor total devido à natureza de sua atividade, e, portanto, representa um setor da classe mais propenso a ação revolucionária.

A homogeneidade da classe relativa ao grau de exploração não representa o proletariado seja uma classe totalmente homogênea, contudo, a análise de suas distinções internas a partir do critério da renda e da suposta variação da exploração restringe essas diferenças internas a critérios puramente econômicos, contendo o mesmo formato lógico do adotado pela teoria de Poulantzas quando da defesa da existência de uma nova classe média formada por assalariados.

As tentativas de elucidar as distinções existentes nessas formas de análise das distinções dentro de mais-valor ou ainda que essa parcela da classe seria mais revolucionária que os demais agrupamentos da classe trabalhadora, por sua vez, a análise das diferenças de salários não são elementos para indicar a existência de distintas classes, o que não nos permite afirmar que entre os assalariados há uma nova classe média surgida com o desenvolvimento do sistema capitalista.

Na contramão dessas interpretações julgamos que o conceito de classe comporta distinções importantes tanto entre trabalhadores qualificados e não-qualificados, mas também de gênero, raça, geracional, orientação sexual, e nacionalidades, diferenças as quais refletem nas formas de luta e organização da classe, no entanto, a medida que a condição de assalariamento comporta entre outros pontos de homogeneidade a condição comum do grau de exploração, esta dada a possibilidade de que o conjunto dos trabalhadores assalariados possam vir a se organizar como classe em contraposição ao capital.

### **Proletariado como uma relação social e histórica**

A classe não é uma coisa, é uma relação social, e ela se forma a partir da relação de exploração estabelecida na sociedade capitalista e mesmo pelo confronto contra o capital. A existência do proletariado possui um sentido histórico tanto pela incorporação dos diferentes trabalhadores no interior das relações de produção especificamente capitalista – processo de proletarianização – quanto pela organização política desses diferentes trabalhadores quando da conformação de seus instrumentos de classe – sindicatos, associações, movimentos sociais diversos – como forma de enfrentamento com o capital.

A proletarianização como processo gradativo de inserção dos produtores diretos no interior das relações capitalista de exploração, como um movimento histórico pelo qual

os diferentes trabalhadores passam a ser convertidos em parte do proletariado. Esse processo resulta da tendência do capital em converter todas as atividades sociais e produtos do trabalho em mercadorias, e seus produtores em trabalhadores assalariados subordinados ao capital.

Esse movimento histórico é sempre inconcluso e marcado por vários estágios transitórios como condição de semiassalariamento ou semiproletarização, ou mesmo com a combinação do trabalho assalariado com outras formas de rendimento ou mesmo de exploração. Isso significa que o proletariado nunca é uma classe acabada no que se refere a sua inserção nas relações sociais de produção. Por sua vez, esse caráter transitório do processo de inserção dos produtores diretos na produção capitalista também confere distinções entre explorados e oprimidos que demarcam seu processo de organização como classe.

Entre os explorados e oprimidos há uma camada de semiproletários formada geralmente por trabalhadores de baixíssima qualificação, mantidos a margem das relações especificamente capitalistas, ou excluídos do trabalho assalariado ou submetidos uma relação de assalariamento com o pagamento abaixo do valor da força de trabalho, esses setores são em sua maioria mantidos a parte da estrutura de trabalho coletivo próprio à produção moderna. Essa camada de produtores não se constitui totalmente parte da classe, tanto em um sentido estrutural, quanto a respeito da dinâmica de sua organização como classe, suas condições de existência e relações de produção representam barreiras significativa para sua organização como classe, apesar de que possam em determinadas condições orbitar o proletariado. Desse modo, ao tratar desses setores tanto ao que se refere a sua inserção no interior das relações de produção especificamente capitalistas, quanto à possibilidade de sua organização política, podemos nos referir ante aos limites e barreiras associadas a sua formação social, que se trata de uma semiclasse ou um de setor com um processo de proletarização inconcluso.

Por outro lado existe uma camada importante de trabalhadores qualificados que se encontram no curso transitório com sua inserção no proletariado, a partir da subordinação de suas atividades as relações sociais de produção capitalistas. Esse processo transitório se dá com a redução dessas atividades a dimensão de uma força de trabalho passível a relação de compra e venda ante o capital, ou seja, sua conversão em trabalho assalariado. Esse processo representa a redução dos rendimentos desses

trabalhadores de alta qualificação aos patamares do valor do trabalho necessário a qualquer outro trabalho qualificado, o que representa a redução de seus rendimentos e das condições materiais de existência aos patamares da classe trabalhadora de conjunto.

Como temos analisado que o processo de tornar-se classe não se restringe a inserção dos produtores diretos nas relações sociais de produção especificamente capitalistas, mas que envolve também as alternativas de sua formação como parte de um coletivo, demarcado por sua organização política e pela elaboração de um programa, o que denota que a constituição dessa camada de trabalhadores qualificados como classe está expressa tanto em sua conversão em trabalhadores assalariados, quanto nas possibilidades de sua organização política que resultam de sua subordinação ao capital. Os diversos estágios do processo de tornar-se classe dessas novas camadas de trabalhadores assalariados se dá no campo da luta de classes, na esfera da práxis, como pressuposto para a concretização de suas formas organizativas – sindicato, movimentos, associação – e a transição para a luta local para uma luta nacional, da luta setorializada para uma ação do conjunto dos trabalhadores, são estágios transitórios para o processo de constituição da classe como composição coletiva que se organiza em torno de um programa comum, parte do processo de conformação da classe como partido.

A formação da classe como classe é inseparável da luta de classes, assim como é inseparável da própria atuação do Partido da Classe, que é uma síntese do processo histórico da formação da classe, condensando seus métodos organizativos e de luta, o acúmulo de suas elaborações programáticas, como também as contradições que permeiam esse processo histórico. O Partido é uma parte da classe, representa uma camada que no processo de luta assume sua condição de classe e incorpora em sua prática social a ação política organizada em torno de um programa de sociedade, desse modo, o Partido tem também seu processo de formação associado à luta de classe, dialeticamente a luta da classe gesta o Partido, assim como, o Partido impulsiona a luta da classe. Por sua vez, o Partido como parte da classe atua em seu interior e em conjunto com o proletariado com o “objetivo imediato” da “constituição do proletariado em classe” (MARX e ENGELS, 2010 p. 51), ou seja, o Partido dos Comunistas é parte ativa e imprescindível do processo de tornar-se classe do proletariado.

À medida que a classe é uma relação social e histórica, encontramos em um processo permanente de formação, com diferentes estágios, os quais estão associados à

inserção dos produtores diretos nas relações sociais de produção especificamente capitalistas, assim como, à sua organização política, o que perpassa a constituição dos seus instrumentos de luta – entre os quais o Partido ocupa um papel central. A síntese entre esses fatores objetivos e subjetivos comporta o processo no qual a ação coletiva do proletariado incide sobre a realidade concreta das relações de classe, da mesma forma que incide sobre si mesmo, demarcando a possibilidade de sua formação como classe.

### **Classes Médias em Marx:**

A partir das elaborações de Poulantzas e da Segunda Internacional passou-se a referir-se aos assalariados melhores remunerados como camadas médias da classe trabalhadora ou mesmo como membros de uma nova classe médias. Essas duas definições reforça a concepção debatida acima de que existe uma divisão de classe associada a preço do salário ou que as classes médias se definem pelo montante do salário, ou seja, o montante da renda seria um fator definidor das classes sociais. Essa forma de definir classe contradiz a teoria marxista, no qual o centro das relações de classes está nas relações de produção, reprodução e constituição política da classe. Essa elaboração corresponde a um conceito liberal a respeito das classes.

Pensar as classes médias em Marx não pode está associada à renda, ou a ideia de que essas classes são médias porque possuem rendimentos intermediários aos rendimentos do proletariado (baixos rendimentos) e da burguesia (altos rendimentos). O que define a pequena burguesia é seu caráter sociológico, que está associado à fonte de seu rendimento, suas relações de propriedade, e à (im)possibilidade de sua organização como classe. (SOUSA SOBRINHO, 2014).

A primeira dimensão sociológica das classes médias se refere a sua origem social e histórica. Marx as entende como uma formação híbrida, uma vez que esse agrupamento social não se origina exclusivamente do sistema capitalista, mas também corresponde a formas sociais que carregam características pré-capitalistas, que sofreram mutações e foram incorporadas as relações sociais de produção e reprodução capitalistas. Entre essas características está a propriedade de pequenos ou médios meios de produção, desde propriedades agrárias até pequenas ou médias indústrias ou comércios, o que lhes permite viver de renda ou mesmo do lucro extraído dessas propriedades. Ou seja, seus rendimentos não se originam do trabalho assalariado, mas do próprio trabalho ou trabalho familiar, ou da exploração de pequena ou media quantidade de trabalho assalariado. Essa

é uma questão importante. Não é o valor do rendimento que define as classes, mas a relação de propriedade e produção que define a origem do seu rendimento e sua condição de classe. No caso da pequena burguesia a origem da sua renda provém das pequenas e médias propriedades que lhe permitem explorar trabalho assalariado, gerando lucro.

Dentro das classes médias podemos encontrar os mais diversos agrupamentos sociais, desde pequenos proprietários agrários, industriais, comerciantes, alguns profissionais liberais, e até mesmo, nos casos de setores mais pobres, que combinam suas atividades produtivas com trabalhos semiassalariados. A composição das classes médias é múltipla, e, ao mesmo tempo, são classes em transição, ansiando pela ampliação de suas propriedades tendo em vista uma ascensão de classe ou mesmo como alternativa para escapar da pressão que os grandes capitais exercem sobre sua existência social, a partir da possibilidade de expropriação de sua pequena e média propriedade o que acaba por convertê-los em parte do proletariado.

As classes médias são classes transitórias justamente por essa pressão social, e pela impossibilidade de constituição de projeto político autônomo como alternativa para garantir sua existência como classe, isso se deve por sua multiplicidade de interesses e dispersão, e especialmente devido à impossibilidade de manter perante a ordem do capital um programa fundando na manutenção da pequena e média propriedade. Desse modo, as classes médias acabam quase sempre adotando o programa das demais classes, ou do proletariado ou da burguesia, nesse plano, as classes médias é uma semiclasse, ou seja, o processo de sua formação como uma classe como um programa comum é inconcebível, destoando da condição sociológica dos trabalhadores assalariados, os quais contém a possibilidade de sua conversão em partido.

### **O Proletariado e o Trabalho Produtivo**

Uma elaboração comum entre os teóricos marxistas – Poulntzas (1997), Mandel (1985), Lessa (2001) – está em associar o proletariado ao conceito de trabalho produtivo. Nossa reflexão sobre o conceito de trabalho produtivo busca objetar essa interpretação, para tanto examinamos como Marx aborda a questão em sua obra.

Em *O Capital*, a primeira aproximação do conceito de trabalho produtivo está no capítulo V, no entanto, nessa parte da obra sua análise se dá de uma forma essencialmente abstrata. Nesse momento, Marx (2013, p. 577) toma o trabalho produtivo como uma

conceituação ausente de determinação social e histórica, uma “determinação” que “resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho”, ou seja, produção associada ao valor de uso, o que “não é de modo nenhum suficiente para ser aplicado no processo capitalista de produção”, porque o conceito de trabalho produtivo ali exposto também é geral e indeterminado. Nessa definição, o critério de produtividade é associado à produção do valor de uso como forma física, igual ao segundo conceito de Smith, trabalho produtivo em geral, associado ao valor de uso.

Essa definição de trabalho produtivo em geral seria retomada quando a análise do processo de reprodução do capital assume uma dimensão mais concreta, em particular no capítulo XIV quando a apresentação do fenômeno do mais-valor relativo permite uma aproximação do conceito de capital em sua forma madura. Antes de expor a nova determinação de trabalho produtivo, Marx insere o conceito de trabalho coletivo, abordando sua dimensão de produtividade ainda associado ao valor de uso, o intuito dessa reflexão é justamente negar o processo de trabalho como um ato individual. Assim, afirma que no trabalho puramente individual

o mesmo trabalhador reúne em si todas as funções que mais tarde se apartam uma das outras. Em seu ato individual de apropriação de objetos da natureza para suas finalidades vitais, ele controla a si mesmo. Mais tarde, ele é que será controlado [...]. Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual ao trabalho manual. Mais tarde, eles se separam até formar um antagonismo hostil (MARX, 2013, p. 577).

A passagem destacada, comumente utilizada para indicar uma oposição de classe entre trabalho manual e intelectual, apenas pode assumir tal sentido quando dissociado do contexto indicado por Marx. Aqui ainda tratando do trabalho em geral, Marx se refere à concretização do trabalho coletivo como superação do trabalho individual. Em seguida remete a origem da divisão social do trabalho entre intelectual e manual como um fenômeno conectado com o aparecimento histórico das classes sociais, ou seja, tal formulação não trata somente da divisão específica da sociedade capitalista, entre proletariado e burguesia, mas a origem da divisão de classe em geral entre dominados e dominantes incluindo também na reflexão as formas sociais pré-capitalistas. Na sequência da passagem, Marx (2013, p. 577) é mais enfático a respeito da dimensão coletiva assumida pela produção e suas consequências, como forma de denunciar a contradição da segunda definição de Smith.

O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalho coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. Desse modo, a ampliação do caráter cooperativo do próprio processo de trabalho é necessariamente acompanhada da ampliação do conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções. *A definição original de trabalho produtivo citada mais acima, derivada da própria natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em seu conjunto. Mas já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.*

Marx trata do conceito de trabalho coletivo ainda na esfera das determinações gerais o qual deriva da natureza da produção do trabalho, ou seja, o trabalho como produtor de valor de uso, indicando que as dimensões do trabalho coletivo também são universais, válidas para qualquer forma societária, abordando as implicações do trabalho produtivo em geral sobre as análises do conceito de trabalho coletivo. O objetivo de Marx é designar a contradição do conceito de trabalho produtivo em geral com o trabalho combinado na forma capitalista. Para indicar que *a definição original de trabalho produtivo*, associado ao valor de uso, está em contradição com a produção coletiva, à medida que essa definição *não é válida para cada um dos seus membros, tomados isoladamente*, uma vez que os trabalhadores individualmente não produzem valor de uso algum, mas apenas parte do produto final. Essa contradição interna do conceito de trabalho produtivo associado ao valor de uso exige uma nova definição associada a um critério social, ao valor, ou melhor, o excedente do valor.

Assim Marx apresenta a contradição interna do conceito de trabalho produtivo adotado pela economia burguesa, superando essa definição em troca de um conceito de trabalho produtivo coerente com a forma capitalista, indicando que, sobre ela, “o conceito de trabalho produtivo se estreita”. Estreita-se porque, nela, já não “basta [...] que ele produza em geral”, produza valor de uso. “Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (2013, p. 578). Essa é uma designação de trabalho produtivo coerente com a forma social do capital e com o trabalho coletivo, associado à produção de valor tanto o trabalhador coletivo como o individual, esses se encontram relacionados com o seu produto, seja com a massa total do valor ou com uma proporção referente ao tempo de trabalho individual, trabalho abstrato.

Supera-se, portanto, qualquer possibilidade de estabelecer distinção de produtividade associada à natureza da atividade, se manual ou intelectual, ou sobre a forma do valor-de-uso que resulta dessa atividade, o que define o trabalhador produtivo a “natureza do mais-valor”, desse modo, em Marx, o “conceito de trabalho produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho” com seu valor de uso de particular, mas está associado à “relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital” (MARX, 2013, p. 578). Então, o trabalho intelectual não pode estar excluído da dimensão de trabalho produtivo em Marx, pelo critério da natureza da atividade e de seu valor de uso.

Na sequência do texto Marx remete o leitor ao seu Livro IV, onde o autor elabora uma profunda crítica a uma das concepções de trabalho produtivo expressa por Smith, acusando-o de retrocesso à posição dos mercantilistas e dos fisiocratas. Marx (1980, p. 138) reafirma a definição de trabalho produtivo com procedência no critério da forma social, a qual Smith também apresenta, reforçando a ideia de que essa não tem nenhuma relação com “a destinação material do trabalho – e em consequência do produto”, nem com a “especialidade particular do trabalho nem com o valor de uso particular em que essa especialidade se corporifica” (MARX, 1980, p. 140), ou seja, se a forma corpórea do produto do trabalho não tem nenhuma relação com sua definição como trabalho produtivo, muito menos o terá para a delimitação das classes sociais em uma definição marxiana.

Portanto, a negação do trabalho intelectual como produtor de mais-valor ou como membro da classe trabalhadora destoa completamente da elaboração marxiana, onde seu conceito de “mercadoria como materialização do trabalho – no sentido do seu valor de troca –, trata-se apenas de uma simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social da mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea” (MARX, 1980, p. 151), ou seja, Marx (1980, p. 144) entende que não importa, para a produção de mais-valor, “que esse valor de uso desapareça como atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa”.

Para o autor, não se pode relacionar ideia de “materialização do trabalho na mercadoria” com sua efetivação numa coisa com forma corpórea. Tal modo de proceder na segunda definição de Smith incorre em um fetichismo em torno das formas corpóreas,

uma “mistificação [que] decorre de se apresentar uma relação social na forma de uma coisa”, quando, na verdade, a mercadoria não é uma coisa, mas é uma relação social na qual está contida determinada “quantidade de trabalho social ou de dinheiro”, sendo mesmo “possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio” (MARX, 1980, p. 151). Isso porque o trabalho social impresso na mercadoria corresponde a tempo indiferenciado de atividade humana regida para o atendimento de uma necessidade coletiva, portanto, mercadoria, capital e valor, não são coisas, mas relações sociais.

Capital em Marx – para superar qualquer possibilidade de mistificação em torno sua teoria – dependa da existência do trabalho social passível de apropriação sem troca. O trabalho social compreende duas dimensões, a primeira se refere ao trabalho combinado, refletindo na negação do “trabalho do trabalhador particular, singularizado” (MARX, 2011, p. 387), contendo também a negação do trabalho manual como trabalho produtor de valor de uso; esse complexo cria a possibilidade de existência da segunda dimensão, conversão das diversas atividades humanas em mercadoria, e seus executores em trabalhadores assalariados.

O sentido do trabalho combinado tanto está na cooperação de vários indivíduos, entre os quais estão os trabalhadores intelectuais, como na execução do trabalho mediado pela ciência objetivada nas máquinas, resultando na supressão do trabalho manual, uma vez que a máquina significa a emancipação do trabalhador da “barreira orgânica que restringe a ferramenta manual” (MARX, 1985, p. 9). Esse é o princípio da indústria capitalista, qual seja o desenvolvimento do trabalho sobre bases científicas tornando “supérfluo a habilidade particular” e o “trabalho manual”, colocando “a perícia nas forças mortas da natureza” (MARX, 2011, p. 488).

Portanto, quando Marx alude ao trabalho manual, se reporta ao trabalho do artesão, encontrado em completa dissociação da máquina, para a qual o produto resulta do trabalho combinado. Desse modo, o conceito de trabalho manual, como forma dissociada e oposta ao trabalho intelectual, em nada corresponde à forma social capitalista, e, conseqüentemente não pode ser considerado um fator delimitador das classes sociais no interior das relações capitalistas em Marx.

A segunda dimensão do trabalho social está associada à constante conversão de todas as atividades humanas, em formas intercambiáveis, passíveis de gerarem mais-

valor, ou seja, imposição do trabalho assalariado como relação hegemônica, destruindo as antigas formas de cooperação social. Portanto, a incontrolável necessidade do capital por acumulação de riqueza engendra sua expansão tanto no plano extensivo, quanto em uma dimensão intensiva, dominando todas as atividades sob a égide da produção de mercadoria, criando uma “multiplicidade ilimitada dos ramos do trabalho” (MARX, 2011, p. 645).

Marx, portanto, ao tratar do exemplo do trabalho produtivo “fora da esfera da produção material” afirmando que o professor ou o “mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão” (MARX, 1985, p. 578), expressa a particularidade da forma social do capital, em que os trabalhos, mesmo dissociados de um produto com forma corpórea, são passíveis de ser explorados ou subordinados às relações capitalistas de produção e reprodução gerando mais-valor. Portanto, como o conceito marxiano de trabalho produtivo se refere à forma social, para o autor não há distinção se o capitalista investe seu capital em uma fábrica de ensino ou em uma fábrica de salsinha, porquanto no plano da composição de classes não há distinção se o produto do trabalho seja a aula ou salsichas, de sorte que ambos os resultados dos trabalhos são valores de uso, suportes materiais do mais-valor extraído, apropriado pelo capitalista.

Nesse sentido, o conceito de matéria em Marx é relativo não ao conceito de matéria baseada na ideia de forma corpórea, mas vinculado ao “mundo objetivo sensível existente independentemente da consciência humana”, ou seja, “tudo o que é realidade objetiva, tudo o que tem relação com o mundo exterior refere-se à matéria” (CHEPTULIN, 2004, p. 69). Assim, a materialidade da mercadoria existe na sua utilidade, à medida que essa lhe oferece realidade social, a qual, na forma capitalista, existe também como suporte do valor.

Se por um lado a afirmação das atividades dos professores como trabalho fora da esfera material não resulta em contradição relativa ao conceito de matéria em Marx, de outra parte, a negação do trabalho do professor como parte do trabalho social indicado por Marx resulta em uma profunda contradição com sua teoria dos salários ao ponto de invalidá-la em sua coerência lógica.

Para desenvolver nossa argumentação, recobremos que a teoria dos salários em Marx se encontra em total coerência com sua teoria do valor, partindo do pressuposto de

que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção, revelando a origem do mais-valor na diferença entre o valor da força de trabalho e o valor produzido pelo trabalho vivo.

Desse modo, Marx entende a força de trabalho como mercadoria igual a qualquer outra – a não ser pela capacidade de produzir valor –, como uma coisa na qual diferentes trabalhos são incorporados, conferindo-lhe valor. Nessa redução dos diferentes trabalhos a dimensão puramente quantitativa, a capacidade de trabalho de qualidade superior surge como objetivação de uma quantidade maior de trabalho, assim, a diferença entre trabalho simples e complexo está na quantidade de trabalho incorporado na força de trabalho. Mas, não se trata de qualquer trabalho, pois o trabalho complexo possui além do trabalho necessário a sua reprodução física, “trabalho objetivado em sua existência imediata, a saber, os valores que consumiu para produzir uma capacidade de trabalho determinada, uma destreza particular” (MARX, 2011, p. 254).

Esse trabalho refere-se especificamente a atividade de formação – educação como ato de trabalho dos professores –, trabalho particular que ao ser incorporado à força de trabalho é capaz de convertê-la em uma capacidade superior de produção, ou seja, possui a qualidade de “modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo de trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica” (MARX, 2013, p. 246). Assim, a educação é trabalho concreto, à medida que produz como valor de uso uma força de trabalho com aptidões e capacidades desenvolvidas.

A educação, entretanto, não é trabalho concreto em forma antropológica geral, mas é trabalho concreto no interior das relações capitalistas de produção, subsumido ao trabalho abstrato. Por essa razão, produz valor, o qual é incorporado ao trabalho complexo enquanto “exteriorização de uma força de trabalho com custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por essa razão, tem um valor mais elevado do que a força simples de trabalho” (MARX, 2013, p. 274).

Nesse sentido, educação, para Marx, é tanto trabalho concreto, que produz um valor de uso – força de trabalho qualificado –, quanto trabalho abstrato, que produz valor, como também cumpre um papel preponderante em sua teoria do valor quando a dimensão explicativa da origem do trabalho complexo em acordo com a lei do valor. Portanto, a negação da educação como trabalho em Marx é a própria refutação de sua teoria dos

salários, à medida que significa a supressão do fundamento pelo qual Marx explica as formas quantitativamente distintas do trabalho – simples e complexo. Consequentemente, negar os professores como membros do proletariado sob o argumento de que educação não é trabalho, por ser atividade intelectual, resultaria eliminar a capacidade da teoria do valor trabalho de explicar os valores distintos do trabalho simples e complexo.

O fato é que a ampliação do trabalho fora da esfera material corresponde ao desenvolvimento do capital e à efetivação de sua existência em sua fase imperialista que corresponde à criação do mercado universal e à transformação em mercadoria de toda forma de atividade humana, convertendo progressivamente todas as atividades intelectuais em mercadoria e seus produtores em trabalhadores assalariados. Marx reconhecia essa dimensão do desenvolvimento do capital, ao tratar da fábrica de ensino como equivalente da fábrica de salsichas, ambas, formas de existência da indústria capitalista, em um processo de trabalho que se combina com o processo de valorização do capital. Marx anteviu esse movimento de subsunção do trabalho intelectual ao capital, expressando inclusive seu entendimento quanto à subsunção do trabalho intelectual ao capital se efetivando de modo mais acelerado com os professores; para tanto, já denunciava em sua época a existência de um “grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra” (MARX, 1980, p. 404), ou seja, indústrias modernas, produtoras de mais-valor por meio da mercadoria educação. Assim, tal análise põe fim à “ilusão de ótica (não isenta de ranços obreiristas)” que, segundo Bensaïd (1999, p. 264), “reduz a classe operária aos núcleos ativos e simbólicos de uma determinada época”.

### **Sujeito Revolucionário em Marx: o Proletariado ou o Operariado industrial?**

Um debate recorrente entre os marxistas revolucionários está em afirmar que a classe trabalhadora se resumiria ao proletariado industrial ou mesmo que existiria uma prioridade aos trabalhadores da indústria em detrimento os demais trabalhadores assalariados. Parte dessa argumentação surge de uma interpretação da revolução russa que perde a capacidade de analisar o estágio em que o desenvolvimento do proletariado encontrava-se quando da revolução de outubro de 1917. Naquela condição histórica o proletariado russo quase que completamente se resumia ao proletariado industrial. Uma interpretação anacrônica daquela revolução acaba por oferecer um papel distinto ao proletariado da indústria de transformação, o que acaba colocando um sinal de igual entre indústria e fábrica.

Marx se refere em algumas passagens à ideia de que uma escola moderna seria uma indústria. Nessa lógica indústria seria a forma de produção particular da sociedade capitalista, a qual se produz mercadorias através do trabalho assalariado. Por isso a concepção de indústria pode ser interpretada como bem mais ampla em Marx.

Outro equívoco recorrente é associar o proletariado ao conjunto dos trabalhadores produtivos. O conceito se refere àqueles que associados ao capital produtivo – ou seja, exclui os trabalhadores do comércio – produzem mais-valor. Essa definição nos coloca em um conceito de proletariado que nega a ideia de proletariado como uma relação social e o pauta por uma relação puramente econômica, tratando-se de um determinismo econômico. A realidade nos mostra cotidianamente que a luta de classes é muito mais ampla, a partir dos diversos setores que se envolvem na luta contra a burguesia e mesmo que se defenda que a perspectiva de uma luta grevista visa atacar o lucro da burguesia como mecanismo de pressão, a paralisação do setor da circulação acaba cumprindo esse papel quando impede a realização da mais-valia, quando da consumação da venda das mercadorias.

Isto posto, podemos entender que os diferentes setores dos trabalhadores assalariados podem vir a cumprir papéis diversos em um processo revolucionário. Desta forma, o que temos que ter em mente é que o processo revolucionário tem diferentes momentos, entre os quais a tomada do poder é apenas um desses momentos, sendo que a construção de uma nova ordem social só pode surgir com a realização de várias revoluções dentro da revolução, nas quais trabalhadores assalariados em conjunto deverão ser os sujeitos sociais.

Mas no que se refere à tomada do poder, a luta insurrecional não é em si um desdobramento direto da paralisação da produção. Uma greve geral ou paralisações, assim como outras formas de luta devem fazer parte da construção da tomada do poder, contudo, essa luta é essencialmente uma luta política da maioria contra a minoria, o começo de uma revolução social com alma política. O controle da produção é parte da luta revolucionária, mas o controle da produção social como um todo, é base para repensar a organização social, ou seja, controle de escolas, hospitais, meios de comunicação, transporte, tudo que está associado à produção e circulação, e é parte do atendimento das necessidades sociais. Portanto, não faz sentido pensarmos que parar o setor da indústria de transformação por si só seria suficiente para pensar um processo revolucionário.

É impossível prever os papéis que as diferentes camadas de assalariados podem vir a cumprir em diferentes momentos do processo revolucionário. Tentar construir uma previsão em torno das experiências históricas, deduzindo um papel prioritário do denominado operariado em detrimento da ideia de que a revolução proletária é um projeto histórico do conjunto dos trabalhadores assalariados é se distanciar do conceito marxiano de revolução, como produto do “movimento proletário” como “o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria” (MARX e ENGELS, 2010, p. 50).

Assim, uma reflexão sobre as classes em Marx, para além de tentar encaixar o funcionamento real do diferentes sujeitos em modelo teórico ou exemplo histórico, deve refletir sobre os diversos mecanismos de exploração e opressão da classe, assim, sem ideais pré-concebidos sobre a classe e sobre um processo revolucionário, devemos examinar as alternativas de organização e resistência da classe tendo como horizonte de que esses diversos elementos da luta de classe em seus mais variados formatos pode ser parte do movimento de formação do proletariado em classe, o qual é um processo diverso, contraditório, marcados por inúmeras alternativas, incertezas, o que nos coloca que qualquer tentativa de reduzir a classe a um modelo ideal e estanque apenas empobrece seu significado, ante a incapacidade de perceber a classe como uma relação social e histórica, multifacetada e repleta de mutações, assim como, gera miopia ante as diversas potências revolucionárias que perfazem a existência da classe.

### **Referencias Bibliográficas:**

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo:** Grandezas e Misérias de uma Aventura Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista.** São Paulo: Alfa e Omega, 2004.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2001.

MANDEL, Ernest. **El Capital:** Cien Anos de Controvérsias em Torno da Obra de Karl Marx. Madri: Siglo Vintiuno, 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica a Economia Política. Livro I, São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Mais-Valia.** Volume 1. São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse:** Manuscritos Econômicos de 1857-1858 Esboços da Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, Vol. I, Tomo II, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, Vol. III, Tomo I, 1983.

POULANTZAS, Nicos. **Teoria das Classes Sociais.** Publicações escorpião: Porto-PO, 1997.

Sousa Sobrinho, José Pereira de. **O conceito de Classe em O Capital:** o Professor como Proletário em Marx. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, 2014.